

DOSSIÊ ● ● ●
**PENSAMENTO
POLÍTICO E SOCIAL
BRASILEIRO**

AS INTERPRETAÇÕES DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES: UMA CLASSIFICAÇÃO

*Diogo Valença de Azevedo Costa*⁸¹

As visões mais correntes sobre a sociologia de Florestan Fernandes podem, numa primeira aproximação, ser classificadas em duas grandes vertentes interpretativas. A *institucionalista*, que privilegia os vínculos com a academia, com a Universidade, sem levar devidamente em conta os conflitos que aí se reproduzem, cujas origens remetem ao antagonismo estrutural entre grupos, classes e frações de classe inerente à ordem social capitalista, e a *político-radical*, que aponta para a relevância do elemento político na estruturação do ponto de vista teórico do sociólogo paulista, sendo este identificado ora numa variante qualquer do radicalismo nacional-democrático burguês, ora no socialismo, ora no marxismo. O propósito central deste capítulo é apresentar os critérios dessa classificação com base numa rápida descrição e caracterização das avaliações relativas à produção acadêmica e à trajetória político-intelectual de Florestan e na discussão da problemática (existente entre vários dos comentadores de sua obra – o que justifica sua escolha como ponto de partida de nossos intuítos classificatórios e de nossa análise) suscitada pela articulação de sua sociologia com o pensamento marxista.

As primeiras avaliações da produção acadêmica de Florestan Fernandes apareceram em fins da década de 1940 e inícios dos anos 50, quando vieram a lume duas de suas teses de maior fôlego, frutos de uma pesquisa minuciosa relativa a uma civilização indígena já extinta, os Tupinambá⁸², que se distribuíam espacialmente pelo

⁸¹ **Diogo Valença de Azevedo Costa** é doutor em Sociologia pela Universidade e professor adjunto na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

⁸² Referimo-nos à sua dissertação de mestrado sobre a *Organização Social dos Tupinambá*, defendida em 1947 pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) sob orientação de Herbert Baldus, e à sua tese de doutoramento sobre *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, defendida em 1951 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo sob orientação de Fernando de Azevedo. Esses trabalhos foram, posteriormente, publicados em livros: Florestan Fernandes, *A organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949 (2. ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1970; São Paulo, HUCITEC/Editora UnB, 1989); idem, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, São Paulo, Museu Paulista,

litoral brasileiro nos primeiros tempos da colonização, tendo sido exterminados e desagregados social e culturalmente pelo agente colonizador branco (português) e expulsos para o interior como um meio de reação defensiva ao aprisionamento e à sua escravização. Antes, porém, Florestan já dera os seus primeiros passos na prática de pesquisa, como aluno recém-ingresso no curso de Ciências Sociais, direcionando-se para os estudos folclóricos⁸³ e realizando, nesse momento, trabalhos que marcariam toda sua carreira acadêmica e lançariam as bases de sua formação sociológica – como afirmará em alguns de seus depoimentos e entrevistas. Aquelas primeiras avaliações seriam publicadas na forma de artigos em jornais, resenhas e comentários críticos em revistas de divulgação científica como *Sociologia* (inicialmente sob responsabilidade de Emílio Willems) ou *Revista de Antropologia* (a cargo de Egon Schaden), ou ainda como prefácios a livros, a exemplo do que foi redigido por Herbert Baldus para *A Organização Social dos Tupinambá*.

Dentre algumas das primeiras apreciações da produção sociológica de Florestan, podemos destacar: Herbert Baldus, seu referido prefácio de *A Organização Social dos Tupinambá*, escrito em 1948; Roger Bastide, “A organização social dos Tupinambá”, série de artigos publicada em *O Estado de São Paulo*, nos dias 23 e 31 de julho e 7 de agosto de 1949; Antonio Candido, “A organização social dos Tupinambá”, resenha publicada na *Revista do Museu Paulista* em 1949; Paula Beiguelman, “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá”, resenha publicada na *Revista de Antropologia* em 1953; Tocary Assis Bastos, que, em artigo publicado em 1959 na

1952 (2. ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1970).

⁸³ De acordo com os esclarecimentos do próprio autor logo no início do primeiro capítulo de seu livro *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo* (originalmente publicado em 1961, por Anhembi): “Em 1941 [ano de seu ingresso na Universidade de São Paulo], o autor realizou, como aluno de uma das cadeiras de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um levantamento parcial do folclore paulistano. Parte do material coligido já foi publicado, sob a forma de artigos ou de monografias, desde aquela época” (Fernandes, 1979: 11). Ao final da citação, Florestan acrescenta uma nota de rodapé indicando os locais (revistas especializadas da época como *Sociologia*, publicada pela ELSP) e anos de publicação dos artigos mencionados, que se estendem de 1942 a 1959. Para um conhecimento mais detalhado do aspecto folclórico da obra de Florestan Fernandes, recomendamos a leitura dos artigos de Oswaldo Elias Xidieh, “O folclore em questão”, e José César Gnaccarini, “Folclore e Sociologia”, in Maria Angela D’Incao (org.), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Unesp, 1987. Além do já indicado *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, Florestan publicou outro livro versando sobre o mesmo assunto: Florestan Fernandes, *O folclore em questão*, São Paulo, HUCITEC, 1989.

Revista Brasiliense, intitulado “Posições metodológicas em Sociologia”, destaca a posição do funcionalismo de Florestan Fernandes face aos desenvolvimentos metodológicos da sociologia⁸⁴; Edison Carneiro, “A sociologia e as ‘Ambições’ do folclore”, artigo crítico publicado na *Revista Brasiliense* em 1959; Luiz Pereira, “Folclore e mudança social na cidade de São Paulo”, resenha publicada na revista *Anhembi*⁸⁵; Wanderley Guilherme dos Santos, “A imaginação político-social brasileira”, artigo crítico publicado na revista *Dados*, em 1967.

Essa pequena amostra dos primeiros textos, artigos e resenhas, suscitados pela produção acadêmica de Florestan Fernandes, serve como indicador de sua repercussão e notoriedade no meio intelectual e universitário brasileiro dos anos 40, 50 e 60. Entretanto, um ponto precisa ser ponderado: se tais artigos revelam o interesse pela produção de Florestan, demonstrado nas fases iniciais de sua carreira, não se pode considerá-los como pontos de partida para uma avaliação ampla e abrangente de sua obra, por motivos simples.

De um lado, porque se tratava mais de resenhas e artigos isolados sobre livros então recentemente publicados, de textos bastante específicos, que, por isso mesmo, não poderiam situar a produção de Florestan no seu conjunto; quer dizer, eram avaliações que se faziam durante os passos de maturação intelectual do autor e de suas ampliações temáticas, em movimentos

⁸⁴ Conforme esclarecimento de Ernesto Renan de Freitas Pinto, a contribuição de Florestan “ao estudo do funcionalismo nas ciências sociais no Brasil foi anotada por autores preocupados, não apenas com diferentes questões metodológicas, mas em marcar posicionamentos críticos. Entre os primeiros autores que se envolveram nesse debate teórico está Tocary Assis Bastos, que escreveu um importante ensaio sobre tendências metodológicas da sociologia contemporânea, onde destaca a posição [de] Florestan Fernandes, não apenas como um autor brasileiro, mas como um investigador que teria trazido sua contribuição para o desenvolvimento da sociologia em seu estágio mais recente” (Freitas Pinto, 1992: 340-1). Essa citação nos faz relativizar a própria apreciação de Robert K. Merton sobre a contribuição de Florestan ao funcionalismo: “*Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista em Sociologia*, por Florestan Fernandes (São Paulo, Universidade de São Paulo, Boletim n. 170, 1953), é uma monografia informativa e sistemática que recompensa uma leitura ainda que apressada e falível como a minha” (Merton *apud* Martins, 1998: 38). Não se trata de uma “monografia informativa e sistemática”, mas de uma contribuição teórica altamente original, que se revela mais precisamente na crítica que seu autor faz “ao modelo de análise de **função manifesta** e **função latente**, de Robert Merton”, sugerindo “a inclusão de mais uma noção, que seria capaz de abarcar de forma mais satisfatória as situações de análise funcional” (Freitas Pinto, 1992: 341). Trata-se da noção de **função derivada**, tal como Florestan a expõe em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (3. ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978, pp. 244-6).

⁸⁵ Luiz Pereira resenhou, ainda, dois outros livros de Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil* (em sua primeira edição de 1960) e *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1963). Essas resenhas podem ser encontradas em Luiz Pereira, *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*, 2. ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1978, p. 213-9.

constantes de re-configurações de sentido mais inclusivas na compreensão dos nexos e afinidades existentes entre os temas de sua vasta obra e de teorização das suas inter-relações e vínculos recíprocos por parte do sociólogo da USP – o que não parece ser muito o caso de Luiz Pereira, que publicou três resenhas acima citadas sobre Florestan Fernandes e já revelava ter, à época, nos idos dos anos 60, uma visão mais abrangente e de conjunto do itinerário sociológico de seu professor e, depois, futuro colega.

De outro, porque as resenhas eram escritas por pessoas, dentre as quais professores, colegas e amigos como R. Bastide, H. Baldus e Antonio Candido, que reconheciam o valor acadêmico de Florestan, mas, por estar este em início de carreira, ainda não podiam ter uma posição privilegiada para avaliar com maior exatidão o desenvolver de sua produção científica⁸⁶, que rumos mais específicos ela poderia seguir, e de que forma seu itinerário intelectual e político poderia associar-se e influir nessa produção – de qualquer modo, se tratava de aspectos da vida de Florestan que só seriam conhecidos em momentos posteriores de sua trajetória, quando revelaria, em textos autobiográficos e entrevistas, dados pessoais sobre sua formação intelectual e política essenciais para a compreensão de seu pensamento e sua prática sociológica⁸⁷. Porém, o analista atual da

⁸⁶ Ainda assim, no referido prefácio de Herbert Baldus de *A Organização Social dos Tupinambá*, encontrarmos escritas as seguintes palavras entusiásticas, prenunciando a carreira brilhante que Florestan teria pela frente: “Durante os anos que trabalhou comigo, o dinâmico Florestan Fernandes foi a alma daquele Seminário [Baldus refere-se ao Seminário de Etnologia Brasileira da ELSP por ele coordenado], mostrando-se capaz de discutir com rara penetração qualquer assunto apresentado, e revelando-se um dos mais esperançosos cientistas sociais brasileiros da nova geração”. E, depois de listar as publicações de Florestan aparecidas nas revistas *Sociologia* e do *Arquivo Municipal*, predominantemente publicações sobre *folclore*, Baldus acrescenta: “Pela presente obra, porém, o autor não só obteve o grau de Mestre em Ciências Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política, Instituição Complementar da Universidade de São Paulo. Tornou-se mestre de verdade, o mestre Florestan Fernandes” (1989: 13). Outro grande nome das ciências sociais brasileiras também chamou a atenção para a importância dos estudos etnológicos de Florestan Fernandes: “Egon Schaden foi um dos primeiros a escrever sobre a significação que teriam os estudos etnológicos do autor [Florestan]. Egon Schaden, *Leituras de Etnologia Nacional*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976” (Freitas Pinto, 1992: 17).

⁸⁷ No que diz respeito a Antonio Candido é importante que se tenha em mente sua relação de amizade e confiança mútua com Florestan Fernandes, que levou este a lhe expressar seus dilemas entre dedicar-se à atividade política revolucionária, à militância socialista, ou à sociologia acadêmica, ao trabalho na Universidade, em busca de opiniões e conselho do amigo. Isso quer dizer que Antonio Candido conhecia as posturas socialistas do jovem Florestan, embora pudesse não saber exatamente quais os tipos de atividade desenvolvidos pelo último no movimento revolucionário.

obra de Florestan Fernandes poderá muito bem aproveitar as sugestões contidas nesses textos para situar o contexto dos debates intelectuais da época, indispensáveis a uma compreensão adequada das posturas inovadoras de nosso autor no âmbito do pensamento sociológico brasileiro.

Em relação a autores que se pode considerar críticos de Florestan Fernandes, como Edison Carneiro e Wanderley Guilherme dos Santos, podemos deixar em suspenso a questão de saber se as críticas por eles avançadas tenham alcançado o cerne das formulações do sociólogo uspiano devido ao tom apaixonado e intolerante do primeiro e a um certo reducionismo na compreensão das concepções epistemológicas do nosso autor, por parte do segundo. Sobre a “polêmica” em que Florestan esteve envolvido contra os “folcloristas”, dentre eles Edison Carneiro, afirma Ernesto Renan de Freitas Pinto, em sua tese de doutoramento *A Sociologia de Florestan Fernandes*:

Caberia rever, depois de tantos anos, o que resultou da ‘polêmica’ entre Florestan Fernandes e os ‘folcloristas’, em especial Edison Carneiro. Na realidade, o teor das colocações de Edison Carneiro vão mais no sentido de dizer que Florestan Fernandes não está autorizado a tratar do folclore a partir de uma posição de pesquisador e sociólogo ‘de gabinete’, que as referências bibliográficas utilizadas são muito restritas e os autores citados são ultrapassados. Parece haver um certo tom de intolerância nas palavras de Edison Carneiro, de uma vez que o próprio Florestan Fernandes já havia reconhecido os próprios limites de seus estudos sobre folclore. Edison Carneiro demonstra com sua posição na ‘polêmica’ que não compreendeu corretamente a posição dos adversários [dentre os citados no artigo de Edison Carneiro, além de Florestan, encontram-se Roger Bastide e Lavinia Costa Raymond], especialmente Florestan Fernandes. Na verdade estão tratando de coisas diferentes. O tom de Edison Carneiro é deselegante. (Freitas Pinto, 1992: 168)

Eliane Veras Soares relata o episódio que se dá em função do ingresso de Florestan Fernandes no Partido Socialista Revolucionário: “Ao ingressar no PSR [em 1943], Florestan Fernandes tinha em mente colaborar com o partido de modo integral. Preocupado com a necessidade de se definir ou não pela carreira acadêmica, recorreu a Antonio Candido, a fim de discutir com ele o seu dilema: entrar no partido e abrir mão da academia”. Em seguida, a autora transcreve uma das passagens da entrevista que lhe foi concedida por Florestan: “Ele [Antonio Candido] me disse que, dado o fato de eu sentir esse impulso de radicalidade política, achava que eu devia tentar. Se a evolução fosse no sentido de me tragar, de eu ser absorvido pelo movimento revolucionário, aí eu encontraria a realização de uma vocação. Se não acontecesse isso eu estava trabalhando na universidade e teria que analisar o episódio como ele era” (Soares, 1997: 39-40). Nossa argumentação, portanto, dirige-se mais à impossibilidade, naquele momento (anos 40), de Antonio Candido poder avaliar como se daria a síntese entre as posições políticas de Florestan e suas posturas científicas na sociologia e não a um desconhecimento das aspirações radicais e socialistas do colega e amigo – o que só poderia fazer posteriormente avaliando o desenvolver da produção e da trajetória política do autor de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

O motivo da exasperação de Edison Carneiro dirigia-se ao fato de Florestan negar as pretensões do folclore constituir-se como uma “ciência positiva autônoma”, ao afirmar que o fenômeno folclórico poderia ser estudado cientificamente, mas sob o ponto de vista de disciplinas científicas especializadas como a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia. A verdade, porém, é que Florestan atribuía importância à pesquisa folclórica como um ramo humanístico do saber, que não poderia ser preenchido pelos instrumentos da investigação sociológica, psicológica ou antropológica. Sua postura, portanto, não é a de depreciar os estudos folclóricos, mas de valorizá-los em sua especificidade. Edison Carneiro não estava propenso a concordar com essa visão de Florestan, talvez por uma postura cientificista de acordo com a qual a única forma válida de saber é a científica. O que deve ter motivado Florestan Fernandes a escrever, em sua resposta às críticas que lhe foram dirigidas por Edison Carneiro, as seguintes palavras:

Os folcloristas e os cientistas sociais precisam ter a coragem de redefinir suas tarefas intelectuais e de reconhecer, explicitamente, os limites de suas especialidades. É um erro supor-se que o valor do conhecimento dependa, exclusivamente, de sua base científica. Antes da formação do pensamento científico, o homem já obtivera progressos notáveis na esfera do saber; e, após a constituição do pensamento científico, muitas coisas continuam a ser reconhecidas e explicadas através de modalidades de saber não científicas. A aceitação dessa convicção é tão importante para o folclorista, quanto para o cientista social. Para o folclorista, porque dela depende a compreensão objetiva da natureza e importância dos papéis intelectuais que lhe cabem, na observação e interpretação do folclore. Para o cientista social, porque este não pode perder de vista que existem aspectos da vida humana em sociedade que precisam ser abordados por especialistas com treino nos ramos humanísticos do saber. (Fernandes, 1989a: 18-9)

Sobre as críticas tecidas por Wanderley Guilherme dos Santos, escreverá Sylvia Gemignani Garcia (2002: 10-1), incluindo este autor numa vertente de estudos que procura apreender o modelo básico de ciência cultivado por Florestan visando questioná-lo:

A produção sobre Florestan ganha outro ímpeto pelas mãos de seus críticos, pesquisadores da história do pensamento social no Brasil que analisam criticamente os fundamentos de seu padrão sociológico acadêmico e as implicações de sua hegemonia

na sociologia brasileira para a história da disciplina e da reflexão social e política no Brasil. Debatendo o seu modelo de ciência, filiado ao **racionalismo indutivista**, essa crítica concentra-se no desvelamento dos pressupostos de sua perspectiva sociológica, de suas abordagens, métodos e categorias. (*grifos nossos*)

Bastante questionável, entretanto, seria essa filiação de Florestan Fernandes ao chamado *racionalismo indutivista*, resultante muito mais de uma categorização apressada e reducionista – categorização essa não nitidamente presente em Wanderley Guilherme dos Santos, porém dele tendo sido inferida por Sylvia Garcia – não condizente com a riqueza e o sentido da construção teórico-metodológica ou mesmo metateórica do autor de *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Parte substancial da nossa dissertação será dedicada a debater as implicações da relação entre ciência e militância, sociologia e marxismo em Florestan Fernandes; as atribuições que a ele se faz de racionalista indutivista, empiricista, positivista, naturalista, eclético etc. possuem vinculações com essa temática principal, por isso poderão ser criticadas e combatidas de modo indireto, embora sem receberem um tratamento específico. Neste momento, cumpriria apenas apresentar nossa dúvida referente ao acerto das posturas supostamente críticas assumidas por Guilherme dos Santos⁸⁸.

Os textos mencionados, apesar de referências importantes, principalmente para compreendermos a repercussão dos trabalhos acadêmicos de Florestan Fernandes no meio

⁸⁸ A crítica mais acerba direcionada contra o apregoado empiricismo (ou indutivismo) de Florestan Fernandes, segundo a qual este acreditava fazer ciência livre de qualquer pressuposto filosófico especulativo e supondo ser capaz de proceder a uma unificação neutra das correntes clássicas da sociologia (expressas nas heranças de Durkheim, Weber e Marx), é fornecida por Alberto Oliva, em *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997. O livro de Oliva revela-se equivocado em relação à concepção de ciência em Florestan Fernandes, por considerar que este partilha de uma concepção empiricista e indutivista de ciência, quando, na verdade, para o sociólogo paulista é sempre o arcabouço teórico que define a articulação do nível empírico das investigações, com os fatos e dados da realidade sendo constantemente reelaborados nas configurações de sentido fornecidas pela ciência social. Ou seja, para Florestan Fernandes os dados nunca falam por si. Apenas fazendo um recorte arbitrário das citações deste, retirando- as dos seus respectivos contextos e mesmo deformando seus sentidos específicos e precisos, conforme um cenário já pré-fabricado de acordo com suas opiniões e *praenotiones*, é que Oliva consegue ‘demonstrar’ suas teses. Não caberia aqui desenvolver nossas críticas e demonstrar as inconsistências do trabalho de Oliva, pois seu livro não será objeto de nossa análise, já que não representa o aspecto central de nossas indagações. Remeteríamos o leitor interessado ao artigo de José Jeremias de Oliveira Filho, “A reflexão metodológica em Florestan Fernandes”, in: *Revista USP*, São Paulo, (29): 82-5, mar./maio, 1996, que aponta os caminhos para uma sólida crítica às teses propostas por Alberto Oliva sobre o empiricismo e indutivismo que este supõe encontrar na sociologia de Florestan.

intelectual brasileiro e algumas das críticas por eles suscitadas, sejam ou não corretas ou justificadas, não poderiam, devido às explicações já apresentadas, figurar como elementos principais num estudo pautado pela análise das interpretações sobre sua obra e sua sociologia. Por isso, estaremos voltados para aqueles estudos que podem ser tidos como mais completos e sistemáticos, isto é, que não procuram abordar apenas um aspecto localizado da produção do autor. De fato, o primeiro esforço mais amplo e abrangente de conhecimento da sociologia de Florestan Fernandes e de seu pensamento é iniciado em 1965, tendo como resultado a defesa de uma tese de mestrado em 1967 por Barbara Freitag. Relatando o início de seu diálogo e de sua troca de correspondências com Florestan, a autora esclarece o teor de seu trabalho: “O

diálogo foi iniciado em junho de 1966, quando estava elaborando minha tese de mestrado, no Departamento de Sociologia do Desenvolvimento da Universidade Livre de Berlim. Solicitei, na ocasião, ajuda, conselhos e referências bibliográficas aos três autores estudados na tese” (Freitag, 1996: 131).

Em nota explicativa, ainda irá nos fornecer o título de sua tese e esclarecer porque a parte referente a Florestan Fernandes não foi publicada em português:

Em 1965 eu havia proposto ao Departamento de Sociologia como tema de minha tese: *O desenvolvimento sócio-econômico brasileiro segundo a perspectiva de três cientistas sociais (Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Celso Furtado)*. A tese foi orientada pelo professor R. F. Behrendt, catedrático de Sociologia do Desenvolvimento e defendida em julho de 1967. Parte da tese (justamente aquela que discutia a obra de Florestan Fernandes foi publicada por uma pequena editora alemã: *Florestan Fernandes: Die sozio-ökonomische Entwicklung aus der Sicht eines brasilianischen Sozialwissenschaftlers* (SSIP – Verlag, Saabrücken, 1969) [Florestan Fernandes: O desenvolvimento sócio-econômico na visão de um cientista social brasileiro]. Em sua carta de 6.1.70 Florestan expressa sua alegria ao receber um exemplar desse livrinho. Empenhou-se pela publicação da tese, na íntegra, pela Companhia Editora Nacional, depois de ler minha versão traduzida (com a qual não concordava plenamente). Sua perseguição, aposentadoria compulsória e viagem para o exterior (Canadá) inviabilizaram tal projeto. (Freitag, 1996: 133)

Para os objetivos a que nos propomos, o ideal seria iniciar com a análise desse primeiro trabalho que procura, numa visão de conjunto, mais abrangente e sistemática, interpretar a

sociologia de Florestan Fernandes, como se depreende não só pelo seu título, mas também pelas afirmações da autora no prefácio que escreveu para a publicação do livro de Eliane Veras Soares –

Florestan Fernandes: o militante solitário:

A obra de Florestan Fernandes teve influência estratégica em minha formação intelectual. Na década de 60, quando ele ainda era pouco conhecido na Europa, li em Berlim tudo o que ele tinha publicado. Fiquei fascinada pelo ímpeto com que denunciava os 'dilemas brasileiros', entre eles o da democracia e do Estado, o dilema racial, o dilema educacional, entre vários outros, pondo o dedo em feridas da sociedade brasileira que – como vemos – trinta anos depois ainda não estão cicatrizadas. (Freitag, 1997: 11)

Entretanto, devido a um conhecimento insuficiente do idioma alemão por parte do autor da presente dissertação, esse trabalho não pôde figurar como objeto de nossa análise. Esse ponto de partida seria importante porque revelaria uma interpretação da sociologia de Florestan Fernandes no momento em que este ainda estava avançando suas reflexões sobre um dos temas centrais e principais de sua obra, referente à emergência da sociedade de classes no Brasil, que é justamente a pesquisa das condições estruturais e históricas do processo da revolução burguesa em países que se distanciaram dos modelos clássicos dessa revolução (França, Inglaterra e, ainda, Estados Unidos) e das vias especificamente *prussiana* (Alemanha) e *passiva* (Itália) de transição tardia ao capitalismo – os países da periferia do sistema capitalista mundial, subdesenvolvidos e dependentes da América Latina.

De qualquer modo, não tendo sido divulgada no Brasil e não ficando conhecida, essa interpretação *pioneira* realizada por Barbara Freitag não iria influenciar as leituras posteriores da produção intelectual e política de Florestan Fernandes. É assim que, na delimitação do nosso objeto de estudo, resolvemos partir das posições assumidas pela autora em outra sua contribuição ao estudo da obra do sociólogo paulista. Trata-se de sua intervenção na I Jornada de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, realizada de 22 a 24 de maio de 1986 no Campus de Marília; idealizada com o propósito de debater diversos aspectos e temas da produção acadêmica e política de Florestan, essa jornada consistiu no primeiro grande esforço coletivo de compreensão

sistemática de sua obra⁸⁹, tendo sido debatida e analisada, na ocasião, por antigos alunos, colegas, amigos, companheiros, professores, pesquisadores e especialistas nos eixos temáticos em que foi organizado o evento⁹⁰.

Ao contrário do seu primeiro trabalho sobre a produção sociológica de Florestan Fernandes, que ficou desconhecido e sem divulgação no Brasil, o texto da intervenção de Barbara Freitag à referida jornada – **Democratização, Universidade, Revolução** – e a tese nele exposta, a da existência de uma *ruptura epistemológica* na sociologia de Florestan Fernandes, iriam causar grande repercussão e receber críticas, avaliações e reformulações posteriores, por vezes de modo implícito, velado ou indireto. Na apresentação e discussão dessa tese, selecionaremos aqueles pontos que interessarão mais diretamente ao nosso intuito de explicitação dos critérios de

⁸⁹ É importante lembrar que, antes da realização da Jornada de Marília, foi realizado um colóquio, sob coordenação de Carlos Guilherme Mota (Universidade de São Paulo) e Fred P. Ellison (Universidade do Texas), sobre o então recentemente publicado *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, tendo tido lugar o seminário na *University of Texas (Austin)* em 1976. Quatro das intervenções críticas apresentadas durante esse colóquio foram reunidas e publicadas por Moacyr Félix e Enio Silveira em *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4 (78): 175-199, 1978. Na *Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro*, escrita por Ronaldo Conde Aguiar (2000: 335-6), encontra-se um breve resumo dessas intervenções, produzidas por Emília Viotti da Costa, Paulo Silveira, Juarez Rubens Brandão Lopes e Bernardo Berdichewski. Ao final do encontro Florestan Fernandes apresentou suas impressões sobre as críticas a ele dirigidas, tendo sido publicada essa sua participação posteriormente no livro *Brasil: em compasso de espera*, São Paulo, HUCITEC, 1980, p. 75-83. As quatro intervenções não serão aqui debatidas por estarem concentradas num dos temas específicos da obra de Florestan, apesar de reconhecermos sua importância para uma compreensão mais ampla da sociologia deste, em especial as valiosas considerações de Paulo Silveira referentes à articulação das categorias *estrutura* e *história* contida em *A Revolução Burguesa no Brasil*.

⁹⁰ As intervenções realizadas durante a Jornada foram publicadas em Maria Angela D'Incao (org.), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra/Unesp. Na apresentação a essa coletânea de ensaios, D'Incao fornece informações sobre a organização da Jornada e a divisão dos eixos temáticos em que se localizaram os participantes do evento: "Nesta que seria uma tentativa (aliás, a primeira) de abordar sistematicamente sua obra extensa e variada [de Florestan], dividimos esta última em áreas que cobrissem grande parte de suas contribuições. Dessa forma, elegemos sete áreas que consideramos centrais nos interesses do autor: universidade e escola pública, a questão racial, o problema indígena, o folclore, a revolução burguesa, teoria sociológica, e marxismo e revolução. Estas áreas se constituíram em temas de mesas-redondas, para as quais convidamos especialistas no assunto" (D'Incao, 1987: 11-2). Na construção de nossa problemática e nossos critérios de classificação, além do texto da intervenção de Barbara Freitag, serão utilizadas apenas duas outras contribuições presentes em *O Saber Militante*, devido à pertinência delas para a questão das relações entre sociologia e marxismo em Florestan, sobre a qual basearemos nossas propostas de análise, a saber, os ensaios de Gabriel Cohn, "O ecletismo bem temperado", e de Hermínio Martins, "A totalidade fora de lugar?". A seleção desses autores apresenta-se como bastante arbitrária, já que vários dos demais textos reunidos na coletânea trazem elementos fundamentais para o núcleo de problemas que será desenvolvido no presente trabalho; se nossas escolhas se restringiram a esses autores, tal se deu pelas dificuldades de realização de uma síntese bastante restrita poucas páginas, e não por supormos ausência de valor substantivo ou falta de importância dos textos excluídos.

classificação das interpretações sobre a sociologia de Florestan. Mas, antes, cumpre esclarecer o teor de toda nossa problemática, responsável por nossos critérios classificatórios, com vistas a relacioná-la com a contribuição de Barbara Freitag.

O eixo central de nossa classificação será definido pelas relações entre ciência e política, academia e militância, ciência social e socialismo, díades que, no pensamento de Florestan Fernandes, podem assumir sua expressão mais geral na formulação de uma questão controvertida para a história da análise sociológica: quais as possibilidades, os impasses ou inconsistências e as implicações de uma tentativa de relação estreita entre sociologia e marxismo⁹¹? Parece-nos que essa questão é um dilema constante em toda produção e trajetória intelectuais de Florestan Fernandes, a ela estando vinculadas outras questões, como a da possibilidade e pertinência da especialização científica e dos nexos entre a ciência, os processos e os movimentos sociais. Serão essas as questões, devido à centralidade que comportam para o estudo da obra de nosso autor e da evolução teórica e política de seu pensamento, que discutiremos no decorrer de toda a exposição, explicitando as diferentes posturas defendidas pelos intérpretes da sociologia de Florestan.

Não apresentaremos, porém, toda a discussão no plano abstrato das possíveis (ou

⁹¹ No âmbito mais geral da história da análise sociológica, essa questão se revela na discussão da possibilidade da sociologia constituir-se como disciplina científica autônoma e independente, com seu campo próprio de investigação, a estrutura social, pretensão essa bastante questionada pelo marxismo, que não pulveriza e fragmenta seu objeto de análise em disciplinas especializadas, mas procura sintetizá-los numa perspectiva histórica de crítica da própria constituição do objeto da ciência. Acrescente-se a isso o fato de que o marxismo se pretende como um movimento revolucionário de transformação da ordem social capitalista, pressupondo, *ipso facto*, uma relação de simbiose entre teoria e prática. Uma rápida referência à questão pode ser encontrada na passagem final da introdução de Tom Bottomore e Robert Nisbet (1980: 17) à *História da Análise Sociológica*, ao apresentarem-se conscientes “de que ainda há questões importantes e difíceis sobre a relação da Sociologia, considerada como uma ciência, com as formas mais filosóficas de reflexão sobre a sociedade”, no caso de se considerar *restritivamente* o marxismo como uma filosofia da história. Florestan Fernandes tinha uma forte consciência das divergências entre os propósitos de construção de uma disciplina científica, autônoma e especializada como a sociologia, e o marxismo, como se evidencia em uma de suas indagações: “uma classe revolucionária constrói uma teoria crítica da sociedade (ou se interessa por ela) porque ela ‘especializa’ (e, portanto, pulveriza) a realidade?”; apesar disso, para Florestan o ponto de vista sociológico no marxismo não deixaria de ser um de seus elementos constitutivos: “O materialismo histórico une a economia à sociologia e à história bem como funde a ciência à filosofia e à ação prática, porém se isso não ocorresse ele não poderia ser a fonte da teoria da sociedade que deveria alimentar a revolução socialista” (Fernandes, 1980: 27).

improváveis) relações intelectuais entre sociologia e marxismo; procuramos ir além situando o debate no terreno concreto de sua articulação dialética (estrutural e histórica) com as possibilidades de atuação política nos processos de transformação da sociedade brasileira oferecidas pelas posições ou lugares sociais ocupados por Florestan, que ora alargaram, ora restringiram, seus campos de ação e influência. A tese da ruptura epistemológica, nos termos em que foi defendida por Barbara Freitag, procura repor o eixo das mudanças do pensamento de Florestan Fernandes – da forma como era por ele concebida as relações entre a sociologia e os processos sociais – nos marcos das transformações políticas por que passou a sociedade brasileira notadamente a partir do terceiro quartel do século XX, permitindo-nos, portanto, superar uma certa visão intelectualista incapaz de romper com os quadros de uma análise institucional e de enxergar a importância do fator especificamente político para a estruturação do pensamento de um autor. Daí a utilização da tese da *ruptura epistemológica* ser tomada como ponto de partida para a formulação de nossos critérios classificatórios, situando-a no terreno concreto das transformações políticas da formação social brasileira – esse, talvez, seja o mérito maior da tese defendida pela autora, a despeito de todas as críticas que a ela podemos direcionar.

Abordando o tema da *universidade e democracia* em Florestan Fernandes, Barbara Freitag divide a sua trajetória intelectual em duas fases, uma anterior ao afastamento compulsório, por decreto do AI-5 em 1968, do sociólogo paulista da instituição à qual servira durante quase 25 anos, a USP, fase tida como *acadêmico-reformista*, e outra posterior a essa perda de um referencial institucionalizado e acadêmico, coincidindo com o exílio no Canadá e com o retorno ao Brasil em condições precárias de vinculação institucional, a *fase político-revolucionária*. Assim a autora irá sintetizar o teor da tese a respeito de uma ruptura epistemológica na sociologia de Florestan Fernandes:

Para desenvolver o meu tema, partirei da tese de uma ‘ruptura epistemológica’ na obra de Florestan Fernandes, que permite distinguir uma fase acadêmico-reformista de uma fase político-revolucionária. Biograficamente, o momento do corte coincide com sua aposentadoria compulsória pelo AI-5, em 1968. A discussão do tema *universidade e democracia* na obra de Florestan Fernandes se insere no contexto dessa ruptura, refletindo-se de forma específica na sua concepção da universidade ontem e hoje.

Na argumentação que se segue defenderei a tese de que a produção intelectual de Florestan Fernandes sofre uma profunda reorientação, fazendo com que o autor não somente mude de conceitual teórico, mas penetre em uma nova problemática que anteriormente não estava presente em seus trabalhos escritos. Essa ruptura epistemológica corresponde *grosso modo* ao afastamento compulsório de Florestan Fernandes da USP em decorrência do AI-5 de 1968. (Freitag, 1987: 164-5)

O referencial acadêmico-reformista estaria ligado, de acordo com a argumentação da autora, à posição de Florestan Fernandes como professor universitário, refletindo-se não somente nas suas posturas teórico-metodológicas, inspiradas numa combinação eclética das tradições clássica e moderna da sociologia, europeia e norte-americana, mas também nas unidades temáticas de sua produção no período anterior ao AI-5. Quanto à fase posterior, que seria marcada pela figura do cidadão cassado pela ditadura e politicamente perseguido, a postura teórica iria agora se basear nas categorias fornecidas pelo materialismo histórico e na análise do processo histórico brasileiro inspirando-se nos modelos revolucionários da América Latina, com o caso cubano assumindo uma forte importância. Nas palavras de Barbara Freitag:

A ruptura se manifesta, no meu entender, na descontinuidade entre uma postura ‘acadêmico-reformista’ na obra de Florestan Fernandes de *antes* do AI-5 e uma postura ‘político-revolucionária’ nos trabalhos que se seguem ao AI-5. Enquanto professor de Sociologia na melhor universidade do país, Florestan sustenta suas análises da realidade brasileira e suas propostas de mudança com teorias reformistas emprestadas à Sociologia positivista. Enquanto cidadão cassado e politicamente perseguido, analisa o processo político brasileiro com teorias revolucionárias inspiradas no materialismo histórico e nos modelos revolucionários que passou a estudar mais atentamente (Cuba). (Freitag, 1987: 165)

Ainda de acordo com a caracterização da autora, a problemática focalizada na fase acadêmico-reformista giraria “em torno de três eixos temáticos: (a) o debate e a reflexão teórica da Sociologia como disciplina; (b) a análise antropológica do índio brasileiro; e (c) o estudo pormenorizado da realidade brasileira” (Freitag, 1987: 165). No que diz respeito ao primeiro eixo temático, facilmente detectável em livros como *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (1960), A

Sociologia numa Era de Revolução Social (1963), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1965) e *Elementos de Sociologia Teórica* (1970)⁹², Barbara Freitag irá tecer as seguintes considerações:

Os problemas aqui discutidos se vinculam à problemática do conhecimento sociológico como ciência, às implicações metodológicas que enfrenta o cientista ao reconstruir a realidade social, e à atuação do sociólogo como analista e crítico da realidade. Florestan Fernandes deixa transparecer nesses trabalhos sua fé na capacidade da razão e da ciência de captar a dinâmica do processo histórico e nele interferir, atribuindo aos intelectuais e cientistas um papel social preponderante. Nestes trabalhos, tem afinidades especiais com a concepção teórica de Mannheim e Freyer, sobretudo no que diz respeito às suas propostas do planejamento social. (Freitag, 1987: 165)

Essa postura teórico-metodológica mais geral, presente no Florestan Fernandes acadêmico-reformista, se relacionaria, de um lado, com a aceitação da existência de um amplo *intervalo técnico*⁹³ entre a produção do saber e sua utilização prática, levando o cientista social a limitar sua atuação como um mero propositor de alternativas de mudança e de medidas que facultassem o igual acesso dos diferentes setores da sociedade à educação, saúde, ao mercado de trabalho e ao consumo de bens materiais e culturais. De outro, ela também estaria relacionada com posições liberal-democráticas de resolução dos problemas, impasses e obstáculos a uma plena concretização da *ordem social competitiva* ou da sociedade de classes no Brasil. Conforme a

⁹² Os anos de publicação destes livros são referentes à sua primeira edição, mencionados apenas como intuito de localizar o leitor nas datas originais em que Florestan pôde lançar suas principais coletâneas de ensaios teóricos sobre a sociologia e as ciências sociais. Nas referências bibliográficas, utilizamos sempre os anos de edições posteriores, com as quais pudemos contar.

⁹³ Florestan Fernandes atribui a noção de *intervalo técnico* a Auguste Comte, servindo para diferenciar a sociologia das ciências naturais: “Desde Comte, percebeu-se que o modelo de explicação inerente à sociologia era marcadamente distinto daqueles que prevaleciam nos demais ramos da ciência. Nas idéias que ele elaborou, até uma concepção tão capital quanto à de *intervalo técnico* chegou a ser explorada, para explicar feições do uso social dos conhecimentos científicos pelo homem” (Fernandes, 1974: 296). Essa noção expressa, para Florestan, a distância entre a produção do conhecimento e sua utilização prática na realidade. Segundo ele, os clássicos das ciências sociais não desprezavam a utilidade dos saberes por eles produzidos; a diferença entre investigadores conservadores, reformistas ou revolucionários nessas ciências estava na maior ou menor amplitude daquele intervalo: “Os que pretendiam aproveitar os conhecimentos sociológicos em manipulações conservadoras ou reformistas, a exemplo de Malthus ou de Comte, respectivamente, julgavam indispensável a escolha de intervalos mais ou menos consideráveis. Os que aspiravam colocar aqueles conhecimentos a serviço da revolução social, ao contrário, tendiam a recomendar um intervalo mínimo, a exemplo de Proudhon ou de Marx, com amplas perspectivas para o mútuo aprofundamento da teoria e da prática. Do ponto de vista formal, o resultado seria o mesmo: o nascimento de uma concepção de ciência aplicada e da significação construtiva da prática para a teoria que não encontrava símile nem fundamento nas ciências naturais” (Fernandes, 1976: 280-1).

caracterização proposta por Barbara Freitag, o horizonte histórico de Florestan Fernandes estaria restrito aos limites de uma plena concretização da ordem social competitiva e, igualmente, a um radicalismo burguês esclarecido, fortemente presente em sua posição militante na Campanha em Defesa da Escola Pública, ocorrida em fins da década de 50 e início dos anos 60. É assim, portanto, que a autora irá caracterizar a posição reformista de Florestan Fernandes:

Depois de suas análises brilhantes do *hic et nunc*, o autor sugere, como pensador e crítico de horizonte amplo, reformas de base que permitissem na sociedade brasileira de então a concretização do modelo democrático, assegurando igual acesso de todos às escolas, ao mercado de trabalho, ao saber e aos bens materiais e culturais de consumo. No seu entender, os dilemas e problemas sociais brasileiros só teriam solução dentro de uma visão que teríamos que chamar *liberal-democrática*. A função do cientista, intelectual e educador consistiria em denunciar os obstáculos que impedem o acesso de certas camadas ou classes sociais, grupos étnicos e minorias religiosas aos bens materiais, sociais e culturais, lutando, com a palavra oral e escrita, pela igualdade efetiva de oportunidades para todos. (Freitag, 1987: 166)

Em relação ao radicalismo burguês, a autora situa Florestan Fernandes no combate contra os resquícios arcaicos da antiga ordem social, estamental, de castas e patrimonialista, na moderna sociedade de classes:

Os impasses ocorridos na passagem de uma ordem senhorial escravocrata para uma sociedade de classes competitiva eram explicados como bloqueios impostos pelas forças retrógradas, pelas velhas elites e oligarquias rurais. Florestan Fernandes inclui-se posteriormente no rol dos *burgueses radicais*, desesperados com as dificuldades que os processos de urbanização e industrialização encontravam e cuja estratégia consistia em afastar os obstáculos para fazer da sociedade brasileira uma sociedade capitalista competente.

Essa posição fica explícita na luta de Florestan em favor da escola pública, no contexto da votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (1961). O autor e seus companheiros de luta exigem do Estado aquelas decisões que um Estado burguês somente assumia como discurso ideológico, mas jamais como prática política eficiente: a democratização do ensino no Brasil. (Freitag, 1987: 166-7)

Por fim, a autora chegará à caracterização máxima da fase acadêmico- reformista ao abordar o momento da ruptura definitiva de Florestan com o padrão burguês universitário e da sua assunção decisiva de uma postura político-revolucionária aludindo à problemática central que temos em mente, ou seja, servindo-se de uma comparação entre uma forma especificamente acadêmica (por que não dizer sociológica?) de compreender os fenômenos sociais e o materialismo histórico, apontando que no

período anterior ao AI-5 o instrumental de análise marxista não fora rigorosa e sistematicamente utilizado:

[...] na fase *anterior* à ruptura, não surpreende o fato de não encontrarmos nessa obra o uso mais sistemático e consistente da teoria, da metodologia e do conceitual marxista. Os processos sociais brasileiros não são analisados em termos da organização do modo de produção, da dialética das forças produtivas e relações de produção, de lutas e conflitos de classe, ou de exploração imperialista. O autor defende nesse período a pluralidade dos métodos e a flexibilidade do uso das teorias da Sociologia e da Antropologia. Veremos que esse Florestan 'liberal' e 'tolerante' no campo da teorização sociológica desaparecerá, transformando-se em um autor que se diz explicitamente socialista. Este 'novo' Florestan não estará mais interessado em fazer análises sociológicas corretas (do ponto de vista descritivo), nem em contribuir para a construção de uma nova teoria do capitalismo dependente e sim em promover a *verdadeira* revolução socialista no Brasil. À ruptura epistemológica corresponde uma ruptura radical de Florestan Fernandes com o mundo 'burguês', isto é, universitário, no qual se encontrava até então inserido. (Freitag, 1987: 167)

Aqui temos, sintetizado, um dos elementos principais de nossas indagações, relativas à problemática de uma forte aproximação entre pensamento marxista e sociologia em Florestan Fernandes. De acordo com Barbara Freitag, o referencial de análise marxista se oporia à antiga postura acadêmico-reformista do então cassado e politicamente perseguido professor de Sociologia da USP, agora empenhado em levar adiante uma verdadeira revolução socialista no País. De fato, as transformações profundas na ordem política e social brasileira não poderiam deixar de causar reposições radicais num pensador e cientista social engajado como Florestan, mas tal não se deu com o abandono das posições fundamentais anteriormente esposadas. A nosso ver, o caminho mais adequado, mais revelador, não seria o de verificar se houve uma ruptura epistemológica na passagem de uma postura acadêmico-reformista para uma postura político-revolucionária, mas de perquirir como as idéias básicas de Marx e do marxismo sempre estiveram presentes no projeto teórico de construção da disciplina sociológica na ótica de Florestan Fernandes⁹⁴.

⁹⁴ Certo que a tese da *ruptura epistemológica* não é tão fechada a ponto de se pensar numa ruptura brusca na trajetória intelectual e política de Florestan Fernandes, mas consideramos que ela não explica satisfatoriamente a presença não desprezível do marxismo na fase anterior à ruptura, nem a permanência de ideais de pesquisa científica e do planejamento em textos do sociólogo paulista no período tido como político-revolucionário. Desse modo, irá

De igual forma, um outro ponto característico da tese da ruptura epistemológica que se relaciona intimamente com nossas indagações sobre as tensões entre sociologia e marxismo em Florestan Fernandes, por isso merecendo ser melhor explicitado e enfatizado, é a questão das diferenças de concepção acerca das relações entre o saber científico, o cientista social e os processos sociais de mudança na transição do período *acadêmico-reformista* para o período *político-revolucionário*. De acordo com Barbara Freitag, na passagem de um momento a outro a concepção de intervenção na sociedade se desloca (a) de uma ótica *idealista-reformista*, segundo a qual o cientista social seria o verdadeiro polarizador das transformações mediante o seu bom desempenho profissional como pesquisador e investigador, limitando-se a apontar os caminhos da conduta racional dos agentes sociais interessados na mudança e no equilíbrio dinâmico da ordem social, com o ponto de partida das transformações estando situado no terreno da instituição universitária; (b) para uma visão mais ampla do processo histórico que insere tanto o cientista social quanto a universidade nos movimentos sociais, cujas bases estariam nos estratos ou classes subalternas da sociedade civil, com a focalização dos potenciais de transformação estando desta vez situadas na própria estrutura social antagônica da ordem capitalista e não mais nas instituições de produção do saber científico – como sugeriu a autora na caracterização da fase

afirmar a autora, evitando a idéia de uma ruptura brusca, da noite para o dia: “Certamente essa *ruptura* epistemológica não se deu da noite para o dia, como foi sua aposentadoria compulsória em decorrência do AI-5 de 1968. Já no Florestan reformista se encontrava o embrião do Florestan revolucionário. Mas talvez esse último não se desenvolvesse de forma tão radical e consistente em direção ao socialismo se a conjuntura política tivesse sido outra, ou melhor, se tivesse continuado o pacto populista-desenvolvimentista. [...] O crítico incansável das desigualdades e injustiças, na fase reformista, revela o revolucionário latente. Em certa ocasião, Florestan confessou que o apelo ao Estado educador e o discurso reformista fora um artifício para confrontar o Estado burguês com suas próprias contradições, forçando-o a cumprir sua promessa de educação pública e gratuita para todos os brasileiros. Em outra ocasião, admitiu que numa conjuntura autoritária radical o apelo à ordem social competitiva podia significar um avanço e não um retrocesso, já que permitiria a abertura de um espaço para iniciar a verdadeira luta democrática” (Freitag, 1987: 167-8). Poderíamos retrucar, porém, que Florestan Fernandes sempre foi socialista, tendo militado, inclusive, num agrupamento político-partidário na luta clandestina contra o Estado Novo (o PSR) nos anos 40, e havia traduzido, como parte da atividade política ligada a essa experiência concreta de militância, *Para a crítica da economia política*, de Marx, elaborando uma introdução que já revelava um profundo conhecimento dos fundamentos do materialismo histórico e de sua posição diante das outras correntes do pensamento científico nas ciências sociais. Em sua crítica à tese da ruptura epistemológica, Eliane Veras Soares problematiza esses aspectos da trajetória política e intelectual de Florestan Fernandes no livro *Florestan Fernandes: o militante solitário*, op. cit., p. 33-40.

precedente. Nas palavras de Barbara Freitag, as respectivas posições de Florestan Fernandes são assim descritas:

A posição idealista-reformista do sociólogo que acreditava poder 'provocar' mudanças sociais através de sua análise racional e objetiva das contradições e dos dilemas sociais é abandonada (cf. depoimento pessoal em Fernandes, 1980⁹⁵) em favor de uma concepção histórico-materialista dos processos societários. A dinâmica desses processos, longe de ser percebida como engendrada por elites de intelectuais ou tecnocratas, é vista como sendo a expressão de uma luta de classes que resultará num movimento revolucionário autogerado e sustentado pelos oprimidos. (Freitag, 1987: 169)

Nesse sentido, tratar-se-ia, por parte de Florestan Fernandes, tanto de uma crítica à tecnocracia estatal que se instalara e consolidara no poder com apoio no regime *civil*-militar de 64, quanto de uma autocrítica às antigas posições, anteriores ao *corte epistemológico*, eivadas da perspectiva do intelectual de tipo *mannheimiano*, propositor do planejamento e do desenvolvimento social na qualidade de mediador das oposições e contradições de interesses entre as classes e os grupos conflitantes e antagônicos com vistas à consecução da mudança com manutenção do equilíbrio dinâmico da ordem social. No dizer da própria autora, a análise do Florestan *político-revolucionário*

[...] encerra tanto uma crítica ao governo tecnocrático ditatorial, implementado pelos militares em muitas sociedades latino-americanas, quanto uma certa autocrítica, face à sua posição anterior ao 'corte'. Com isso Florestan Fernandes abandona definitivamente a proposta mannheimiana da sociedade democrática planejada, na qual a educação e a ciência teriam, através dos seus agentes (os cientistas, intelectuais e educadores), um papel preponderante na promoção do desenvolvimento, para admitir que o processo histórico é carregado pelas classes sociais, que em sua luta pela hegemonia alcançam (ou não) o controle do processo societário global. (Freitag, 1987: 169)

Feita essa apresentação bastante resumida da tese da *ruptura epistemológica*, estamos agora em condições de formular de modo mais preciso toda nossa problemática, sem a pretensão, porém, de adiantar hipóteses que possam fornecer-lhe alternativas de resposta, a fim de esclarecer os critérios de classificação dos intérpretes da sociologia e da trajetória intelectual

⁹⁵ Barbara Freitag refere-se ao livro de Florestan Fernandes, *A natureza sociológica da sociologia*.

de Florestan Fernandes. Aproveitaremos as contribuições das intervenções de Gabriel Cohn⁹⁶ e Hermínio Martins ao Seminário de Marília para a apresentação dessa problemática e para completar o quadro de nossa discussão sobre as relações entre sociologia e marxismo em Florestan. Dada a centralidade dessa discussão em nosso trabalho, as questões que avançaremos irão girar em torno das seguintes indagações gerais: (a) há oposição irreduzível entre o marxismo e as ciências sociais especializadas? (b) se não há uma tal oposição intransponível, que relações estreitas poderia haver entre o materialismo histórico e uma ciência social especializada como a sociologia? (c) qual, então, seria a concepção de ciência especializada que se pauta por uma relação estreita com o marxismo? (d) por fim, que espécie de ligação haveria entre as ciências sociais concebidas em nítida aproximação com o pensamento marxista e os processos sociais?

Essas indagações gerais são pertinentes porque na tese da *ruptura epistemológica* encontra-se implícita uma oposição entre a Sociologia como disciplina científica especializada e o materialismo histórico como proposta político-teórica de conhecimento e transformação revolucionária da ordem social capitalista. De outra forma não poderia ser entendida a afirmação de Barbara Freitag conforme a qual o “Florestan Fernandes pós-69”, ou seja, depois de sua ruptura teórica, metodológica, epistemológica e, ao mesmo tempo, política com a sociologia acadêmica, não apenas abandonara o discurso acadêmico-reformista da universidade, assumindo um discurso político-revolucionário, mas também deixaria de revelar em seus escritos mais recentes qualquer “compromisso com a ciência”, elaborando-os “como instrumentos de luta pela revolução proletária no Brasil” (Freitag, 1987: 169). Ora, o que visamos sugerir é que essa

⁹⁶ Além do texto de Cohn publicado em *O Saber Militante*, há três outras contribuições suas para o estudo da sociologia de Florestan Fernandes que poderiam servir de complemento ao debate aqui apresentado. Trata-se de seus artigos “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”, in: Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes e Vera B. Ferrante (orgs.), *A inteligência brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p 125-48, “A revolução burguesa no Brasil”, in: MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 2. ed., São Paulo, Editora SENAC, 1999 e “A integração do negro na sociedade de classes”, in: MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed., São Paulo, Editora SENAC, 2002.

oposição não se justifica, pois, para Florestan Fernandes, uma disciplina como a Sociologia pode atuar como uma verdadeira arma de combate pelo socialismo⁹⁷, necessitando-se, ao contrário, que a prática científica seja ainda mais rigorosa e precisa quando se trata de realizar a revolução proletária, sob pena de se forjarem táticas e estratégias de luta equivocadas diante de um conhecimento distorcido da realidade social.

Assim, tomamos de Gabriel Cohn a sugestão de que o marxismo atua como um dos pólos unificadores do pensamento de Florestan Fernandes, talvez o mais fundamental e importante, não procurando desprezar, contudo, a rica contribuição da sociologia mannheimiana do conhecimento e de outras vertentes do pensamento sociológico clássico e moderno, também fortemente responsáveis pela estruturação do ponto de vista teórico do sociólogo em questão. Em sua análise do livro *A revolução burguesa no Brasil* Cohn irá, então, afirmar:

Eu me aventuraria a sugerir que seria um belo empreendimento de reconstrução metodológica e teórica se nós pudéssemos trazer à tona como, no final das contas, o jogo cruzado entre Weber e Durkheim, na análise que Florestan faz da revolução burguesa no Brasil, encontra sua inteligibilidade numa outra corrente de pensamento, que permeia ambas e exatamente garante a sua inteligibilidade. Ela não está expressa, não está explícita, não é invocada de maneira explícita. Quando eu falo explícito, vejam bem, eu não estou me referindo a notas de rodapé, estou me referindo à própria linguagem usada, aos conceitos invocados. Essa explicitação requer um trabalho de reconstrução para vir à tona.

A sugestão, aqui, é que essa outra concepção, essa coisa que trabalha o texto por

⁹⁷ Não teríamos condições – nos limites do presente trabalho – de demonstrar tal sugestão, por isso nos limitamos a apresentar os elementos que podem lhe dar alguma sustentação. A síntese entre sociologia e socialismo foi, sem dúvida, um projeto que ganhou intensidade na trajetória intelectual de Florestan Fernandes, principalmente no processo de sua radicalização política no confronto com as forças reacionárias da contra-revolução e do regime ditatorial instaurado em abril de 1964; porém, esse projeto já poderia ser identificado, em germe, em escritos bem anteriores ao momento do corte proposto por Barbara Freitag. Um texto fortemente significativo a esse respeito é “O problema do método na sociologia”, escrito por Florestan em 1947, depois transcrito como último capítulo de *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976), revelando a centralidade da influência do pensamento de Marx em sua proposta de unificação teórica na Sociologia. Tendo sido conscientemente formulado por Florestan Fernandes esse projeto de fundamentar sociologicamente o socialismo – ao afirmar que pretendia “ligar o trabalho na investigação na sociologia ao processo de construção de um pensamento socialista no Brasil” (Fernandes, 1981: 20) – acreditamos que a síntese alcança sua expressão máxima no momento da reflexão do autor sobre as relações estruturais entre o pensamento sociológico e a organização da sociedade sob o socialismo de transição em *A Natureza Sociológica da Sociologia* (1980). A argumentação de Florestan neste livro, principalmente nos três capítulos finais, se volta para o exame da construção de novas condições sociais de validade do saber científico sob o socialismo, liberando a sociologia e as demais ciências das inibições ideológicas que a prendiam aos dinamismos de reprodução do capitalismo monopolista e empobreciam seus alvos teóricos, práticos e empíricos. Nesse sentido, a sociologia iria adquirir uma verdadeira autonomia e alcançaria sua plenitude como ciência em conexão estreita com a transformação socialista da sociedade, o marxismo e o materialismo histórico e dialético.

dentro, é a visão marxista, é uma concepção materialista histórica, alimentada por Marx. Eu diria que não apenas por Marx, mas por Lenin, esse Lenin ao qual Florestan dedicou um texto que deve ser sério candidato a ser uma das melhores coisas que se tenha escrito como comentário a respeito: a introdução que Florestan fez ao volume sobre Lenin da coleção 'Grandes Cientistas Sociais'. Essa coisa trabalha por dentro o texto todo, articula as outras e permite, no final das contas, que disponhamos de uma construção analítica internamente consistente, inteiramente coerente. (Cohn, 1987: 52)

Para Gabriel Cohn, entretanto, o materialismo histórico (ou marxismo) como ponto de vista unificador não se daria, em Florestan Fernandes, com o abandono e exclusão da Sociologia enquanto disciplina especializada fornecedora de um “viés específico” na investigação dos fenômenos sociais – daí podermos inferir seu diferendo em relação à tese do corte epistemológico, no que estamos em inteiro acordo. É assim que, ao explicar o significado do conceito de “ordem social competitiva” para Florestan Fernandes, afirma de modo decisivo:

Esse conceito deriva não apenas das suas concepções metodológicas fundamentais, mas também da modalidade de sua inserção intelectual no âmbito das Ciências Sociais, quando visa dar conta de aspectos fundamentais da sociedade por um viés específico, que é o viés do sociólogo, diferente do viés do político, do economista, do historiador. (Cohn, 1987: 50-1)

Essa consideração de Cohn, apesar de especificamente voltada para o conceito de ordem social competitiva – tal como essa noção aparece em alguns trabalhos de Florestan, ainda em elaboração no seu *A integração do negro na sociedade de classes* e apresentada de modo mais sistematizado em *A revolução burguesa no Brasil* – pode, a nosso ver, ser estendida para toda a sua sociologia. Florestan Fernandes, ao se pautar pelo viés específico do sociólogo, sendo essa a sua posição particular nas ciências sociais, não deixa de estruturar seu ponto de vista sociológico e unificá-lo em torno das injunções e influxos do materialismo histórico em seu pensamento.

Um exemplo marcante e ilustrativo desse último delineamento seria o uso simultâneo que Florestan Fernandes faz do estrutural-funcionalismo, método de investigação e compreensão dos fenômenos sociais que podemos associar a uma visão estritamente sociológica, e a perspectiva marxista, chegando a erigir categorias teóricas capazes de aproximar ou de compatibilizar as duas

correntes. Recorreremos a um outro participante da Jornada de Marília para explicitar mais precisamente essa característica do pensamento sociológico de Florestan, que pode ser inferida a partir da leitura do ensaio de Gabriel Cohn discutido acima.

Hermínio Martins, em sua participação na Jornada, debate a questão, revelando que a possibilidade da aproximação entre marxismo e estrutural-funcionalismo foi algo seriamente discutido nas ciências sociais em âmbito mundial. Não cabendo aqui considerar se uma tal aproximação seria possível ou viável – o que parece ser negado em peso pelos marxistas – é preciso reconhecer que Florestan Fernandes fez parte do quadro geral de referência apresentado por Martins e acreditava na aludida possibilidade de uma relação de complementaridade entre o método estrutural-funcional e a abordagem dialética, levando-nos a argumentar pelo não abandono de suas posturas metodológicas fundamentais, pautadas pelo esforço de unificação do ponto de vista sociológico, após a ruptura suposta por Barbara Freitag. Martins irá expor suas idéias no contexto da discussão do lugar e do estatuto da noção sociológica de *totalidade* na obra de Florestan, sugerindo que pode haver aproximação entre a análise funcional e uma postura marxista exigente. Referindo-se aos dois primeiros trabalhos maiores de Florestan, Martins irá assim se posicionar:

Estou pensando francamente em dois textos do professor Florestan: *A Organização Social dos Tupinambá*, que é um ensaio sobre a análise funcional, e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, onde ele estabeleceu a relação entre a análise funcional e o marxismo. Não vou falar de outros textos, em parte porque não os li todos – é uma obra vastíssima –, em parte porque, de fato, são livros mais bem conhecidos no estrangeiro. Os livros de interpretação macrosociológica da realidade brasileira são em geral bem conhecidos por todas as pessoas que se interessam pela América Latina e pelo Brasil em particular. Mas aqueles textos teóricos que mencionei são, infelizmente, muito menos conhecidos, apesar de representarem um momento interessante, que foi o da constituição de um tipo de análise sociológica funcional – uma análise funcional feita por um marxista coerente. Portanto, houve uma certa relação entre funcionalismo e marxismo que muitos anos depois se tornou uma coisa, talvez, impensável, mas que existiu não só no Brasil, mas também noutros países, embora não seja um fenômeno muito bem conhecido. (Martins, 1987: 55)

A rica sugestão que pode ser retirada da citação precedente diz respeito à possibilidade de

uma síntese não-eclética entre o método funcional e a abordagem marxista, mas essa síntese (entre o estrutural-funcionalismo e o marxismo, para permanecermos em nosso exemplo), como procuramos argumentar, apenas seria pertinente no âmbito de uma disciplina científica capaz de integrar, no seu interior, as categorias de análise mais gerais que partem das duas correntes, disciplina essa que, no caso de Florestan Fernandes, é a Sociologia. Finalmente, ao caracterizar a noção sociológica de totalidade em Florestan, o sociólogo português radicado na Inglaterra apresenta a originalidade de sua utilização na unificação de seus aspectos estáticos e sincrônicos, de um lado, e dinâmicos e diacrônicos, de outro. Fazendo menção ao que chamou de momento ótimo da análise funcional, Martins assim reconstrói a noção de totalidade:

[...] voltando à questão da análise funcional da década de 50, que foi um bom momento da análise funcional, parece-me que houve uma certa preocupação com a questão da conceitualização, da categorização das totalidades sociais históricas, que de fato implicava uma série de conceitos, uma série de distinções que podem ser colocadas de maneira mais ou menos independente. A primeira é a questão muito genérica da relação entre a parte e o todo, questão que se impõe a qualquer disciplina, em qualquer domínio, mas que tem uma importância especial nas Ciências Sociais, como já dizia um dos seus fundadores, Auguste Comte, que procurou teorizar as totalidades na Biologia e na Sociologia; aliás, ele teve uma importância muito grande no pensamento político e social brasileiro. Como Florestan Fernandes sugere em *A Função Social da Guerra*, o princípio de que o todo determina a parte é um princípio metafísico, mas pode sugerir uma heurística da análise sociológica capaz de ser, no caso, a análise funcional, que procura relacionar as práticas, as instituições, e os grupos aos diversos aspectos da sociedade inclusiva. (Martins, 1987: 59)

Nessa passagem, fica bastante evidente a elaboração do aspecto sincrônico da noção de totalidade; no entanto, como esclarece Hermínio Martins ao final de seu ensaio, esse conceito irá apresentar, em Florestan, simultaneamente uma faceta dinâmica e diacrônica, ao afirmar a “idéia de que as totalidades sociais têm uma dinâmica interna, têm contradições internas que levam, necessariamente, ou mesmo provavelmente, a um futuro melhor, dentro das condições de existência atuais” (Martins, 1987: 62). Retirando a ênfase otimista que Martins atribui a essa visão de totalidade sob a forma da condução necessária ou provável a um futuro melhor, é certo que o aspecto dinâmico nela identificado representa de modo bastante oportuno uma das

especificidades mais importantes do pensamento sociológico de Florestan Fernandes, a sua maneira peculiar de construir conceitos ou categorias mediante a utilização complementar de perspectivas distintas.

Com toda a discussão anterior visamos indicar, ainda que de forma insuficiente e provisória, que o marxismo constitui um dos pólos unificadores centrais do desenvolvimento da estrutura teórica da sociologia de Florestan, deixando também sugerido que o mesmo não abandonará suas posturas científicas fundamentais após o momento do suposto *corte epistemológico* em seu pensamento. Estamos em condições, agora, de precisar melhor, com base em alguns dos elementos da tensa relação entre marxismo e sociologia em Florestan Fernandes abordados, os critérios da classificação geral dos intérpretes de sua Sociologia apresentada logo no início deste capítulo.

As duas vertentes interpretativas já mencionadas, a *institucionalista* e a *político-radical*, constituem um artifício que permite identificar as perspectivas metodológicas comuns entre os autores⁹⁸ que se preocuparam em definir a posição de Florestan Fernandes na história das ciências sociais brasileiras, apesar das inúmeras diferenças entre eles existentes e não menos significativas. Essa ressalva é importante porque exclui qualquer presunção de que haja completa homogeneidade ou uma visão monolítica sobre a sociologia de Florestan compartilhada pelos intérpretes localizados numa mesma orientação. O desafio maior da presente dissertação reside, portanto, na explanação das duas visões interpretativas sem que as posturas teórico-metodológicas de cada um dos autores sejam simplificadas, reduzidas ou distorcidas devido a seu enquadramento em uma das nossas

⁹⁸ Dentre os intérpretes institucionalistas, situamos Wanderley Guilherme dos Santos (1978), Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995; 2001; 2003), Sylvia Gemignani Garcia (2002; 2003), Heloísa Pontes (1998), José de Souza Martins (1997) e Fernando Henrique Cardoso (2000). Do lado da interpretação político-radical localizam-se os seguintes autores: Antonio Candido (2001), Octavio Ianni (1989; 1991), Carlos Guilherme Mota (1977), Carlos Aguedo Nagel Paiva (1991), Ernesto Renan de Freitas Pinto (1992), Eliane Veras Soares (1997), Avelar Cezar Imamura (1995), Jiron Matui (2001), Miriam Limoeiro Cardoso (1996) e Débora Mazza (2003).

categorizações – o que se intentará realizar nos dois próximos capítulos, o primeiro deles se dedicando à visão institucionalista; o segundo, ao estudo da vertente político-radical.

O primeiro de nossos critérios diz respeito ao modo de serem consideradas, por parte dos intérpretes, as relações entre a Sociologia e o marxismo em Florestan Fernandes. Na vertente *institucionalista*, haveria uma irreducibilidade entre o pensamento marxista e as ciências sociais – apenas superada por Florestan à medida que consegue incorporar a contribuição especificamente sociológica de Marx ao lado de outras correntes como o funcionalismo durkheimiano, a sociologia compreensiva de Weber, as técnicas investigativas da Escola de Chicago etc.; nesse movimento de incorporação e assimilação do legado de Marx, seu pensamento seria visto como possuindo um peso igual às demais correntes. No caso da visão *político-radical*, o marxismo é tomado como um dos eixos principais de articulação do ponto de vista teórico na sociologia de Florestan Fernandes, atuando como base de sistematização e unificação das diversas tendências sociológicas e da contribuição das demais ciências sociais, sendo, portanto, um elemento central de síntese *intra* e *trans*-disciplinar.

O segundo critério classificatório refere-se às formas como são concebidos os vínculos entre teoria e prática que decorrem das caracterizações, avançadas em cada uma das vertentes interpretativas, acerca das relações entre sociologia e marxismo em Florestan Fernandes. Na interpretação *institucionalista*, a ciência sociológica seria vista como uma esfera autônoma em relação às outras esferas da ação social, levando, em sua expressão extremada, a uma imagem de separação entre os momentos da teoria e da prática no tipo de investigação sociológica defendido por Florestan Fernandes. Quanto à vertente *político-radical*, a ciência é vista como uma das esferas da ação social, como parte integrante dos processos sociais, não havendo, portanto, riscos de supor uma dicotomia entre teoria e prática na caracterização da sociologia de Florestan. Cumpre esclarecer, porém, que as posições, mesmo entre os intérpretes classificados numa

mesma categoria, na versão *institucionalista* ou na *político-radical*, são bastante diversas e divergentes entre si no que concerne a esse segundo critério, havendo homogeneidade somente quanto à questão de se considerar a ciência como autônoma ou não em relação às demais esferas da ação social e aos processos sociais.

O último e decisivo critério de classificação concerne à excessiva ênfase que é colocada, na visão institucionalista, aos imperativos da construção da carreira acadêmica por Florestan Fernandes, baseando-a numa concepção universalista, autonomista, racionalista e intelectualista de solução dos problemas práticos da coletividade por uma ciência sociológica distanciada dos choques e conflitos entre grupos, classes e frações de classe, constitutivos da formação social brasileira. Em contraponto, a versão político-radical irá situar a evolução do ponto de vista teórico da sociologia de Florestan nos quadros de uma *Weltanschauung* radical e socialista vinculada às suas condições sociais de origem, à socialização política indireta adquirida nos períodos da infância, da juventude e da inserção na atividade acadêmica e aos interesses dos setores subalternos, marginalizados, colonizados, explorados e dominados da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”*. In: MICELI, Sérgio (org.), *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo; Editora Sumaré/FAPESP, 1995.

_____. *Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo*. In: *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento & GARCIA, Sylvia Gemignani. *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília; Paralelo 15/CAPES, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Introdução*. In: Silviano Santiago (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Florestan Fernandes: a criação de uma problemática*. Estudos

Avançados, v. 10, n. 26, 1996.

COHN, Gabriel. *O ecletismo bem temperado*. In: D'INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: Ensaaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Ensaaios de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. *O folclore em questão*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

FREITAG, Barbara. *Democratização, universidade, revolução*. In: D'INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: Ensaaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.

_____. *Florestan Fernandes por ele mesmo*. Estudos Avançados, v. 10, n. 26, 1996.

_____. *Prefácio*. In: SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan M. de. *A sociologia de Florestan Fernandes*. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 1992.

GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.

IANNI, Octavio. *A sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1991.

IMAMURA, Avelar Cezar. *Florestan Fernandes: a sociologia como paixão*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *Florestan Fernandes: a força do argumento*. São Carlos; EDUFSCar, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

MATUI, Jiron. *Cidadão e professor em Florestan Fernandes*. São Paulo: Cortez, 2001.

MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*. Taubaté: Cabral Editora/Livraria Universitária, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. *Capitalismo dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*, Dissertação de mestrado, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1991.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do grupo clima de São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.